



FUNDAÇÃO
renova

Abril/2018

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA:
PLANO DE TRABALHO PARA A APROVAÇÃO FORMAL
DAS POLÍTICAS INDENIZATÓRIAS EM CONSTRUÇÃO

Belo Horizonte / 2018

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. PLANO DE TRABALHO PROPOSTO	7

1. INTRODUÇÃO

Este documento é complementar ao documento “Sobre a evolução das indenizações de Danos Gerais e o os prazos determinados pelas Deliberações CIF nº 111 e 119”, encaminhado ao CIF e CTOS, pela Fundação Renova, em 28 de março de 2018, e visa a solução dos entraves para tornar mais célere o processo indenizatório dos impactados pelo Programa de Indenização Mediada (“PIM”). De forma sintética, no documento citado foram apresentados dois grandes eixos de ação:

- 1) **OPERACIONAL** - Aquelas relativas aos aspectos operacionais do Programa, que demandaram medidas já implementadas de gestão como a implantação da Sala de Crise, ajustes de sistemas de informação e processos de atendimento. A efetividade das medidas implantadas foi observada na evolução dos pagamentos de 300 (base fev/2018) para aproximadamente 2.900 (base/final de março);
- 2) **POLÍTICAS** - Aquelas relativas a aspectos de políticas indenizatórias, em especial a necessidade de validação das políticas vigentes pela CTOS/CIF e a construção/validação de políticas para os casos ainda não endereçados. Cabe ressaltar que, dentro do universo de cadastros que deveremos processar nas próximas semanas, este ponto representa o principal gargalo de cumprimento das metas de indenização.

A título de demonstrar a importância e criticidade do item 2 acima, agrupamos os cadastros ainda não tratados frente às políticas indenizatórias que serão demandadas para a análise de elegibilidade e indenização. Os dados são demonstrados na Figura 1.

A soma dos cadastros da 1ª e 2ª campanhas totaliza 19.233 cadastros, dos quais 3.990 já possuem acordos firmados, restando 15.343 cadastros a serem tratados e finalizados. Destes, parcela está em andamento nos escritórios ou dependentes de elaboração ou conclusão de políticas. Para os que dependem de elaboração e conclusão de políticas, apresentam-se abaixo as medidas que necessitam serem implementadas para conclusão dos respectivos atendimentos.

19.233 cadastros totais (Campanhas 1 e 2) - Restam 15.343 cadastros a serem tratados até 29/06/18 (*)	
Destes	1) 3.981 (26%) - Pesca subsistência dentro do LMEO
	2) 3.648 (24%) - Pesca de subsistência e fora do LMEO - Pesca de subsistência em região costeira
	3) 4.182 (28%) - ligados a políticas já definidas porém ainda não integralmente aplicadas (e, portanto, podendo sofrer alterações) e ainda não aprovadas pelo CIF
	4) 3.513 (22%) - ligados a políticas ainda por definir.

Estes são os principais pontos que deverão ser priorizados para garantir a celeridade das indenizações.

Figura 1 - Cadastros dependentes de políticas - Data base: 06/04/2018

Item 1 – 3.981 Cadastros – 26% do universo de 15.343 a serem tratados - Apresenta a quantidade de cadastros do segmento da pesca que está em atendimento na categoria de subsistência. Neste grupo incluem-se impactados que declararam possuir o RGP (Registro Geral de Pesca), entretanto, ao serem atendidos não é possível o enquadramento como pescador profissional ou pescador comercial não regularizado. Estes impactados atendem ao critério de residência dentro do recorte geográfico do “LMEO+1000 metros”, contudo, durante o atendimento é verificado se cumprem o critério de renda e o de não residência em áreas urbanas de municípios de possuem mais de 50 mil habitantes, conforme a referida política.

Medidas propostas a serem validadas para o Item 1:

Para a finalização do atendimento dos impactados que não se enquadraram no critério de renda e no critério de não residência em áreas urbanas de municípios que possuem mais de 50 mil habitantes é necessário a aprovação da política da pesca encaminhada à CTOS em 01/03/2018¹.

Item 2 – 3648 Cadastros - 24% do universo de 15.343 a serem tratados - Apresenta a quantidade aproximada de cadastros do segmento da pesca que estão fora do recorte geográfico do “LMEO+1000 metros”. Este dado contempla também, como no Item “1”, os impactados que declararam possuir RGP e que não se enquadram nas demais políticas de pesca. A Fundação

¹ A Versão 01 deste documento foi entregue à CTOS em setembro de 2017. A Versão 02 (atual), foi entregue em fevereiro de 2018, sendo que no dia 01/03/2018 foi entregue a Versão 02 corrigida após a consolidação de alterações solicitadas pela CTOS referentes à Pesca de Subsistência e Pesca Comercial Não-regularizada.

Renova, frente aos debates ocorridos na CTOS, considera que o recorte geográfico do “LMEO+1000 metros” deve ser considerado como uma proposta de priorização do atendimento dos impactado que praticam a pesca de subsistência, considerando os aspectos de dependência da atividade e vulnerabilidade dos praticantes dessa modalidade de pesca, restando portando definir a política para o atendimento desses casos.

Medidas propostas a serem validadas para o Item 2:

Elaborar e aprovar proposta complementar para análise de elegibilidade dos demais impactados que dependam da pesca de subsistência e que não se enquadraram no critério de recorte geográfico do “LMEO+1000 metros”.

Item 3 – 4182 Cadastros - 28% do universo de 15.343 a serem tratados - Apresenta a quantidade de cadastros cujas tratativas estão atreladas às políticas existentes e que necessitam de aprimoramento, para que possam prover soluções de atendimento e conclusão/finalização de processos indenizatórios. Referem-se a este grupo de cadastros as seguintes situações:

- a. Impactados (principalmente pequenos estabelecimentos comerciais informais) de comunidades dependentes da economia do turismo, como por exemplo, pequenos comerciantes de Regência e Povoação em Linhares-ES;
- b. A política indenizatória para o setor de extração de areia, que ainda não contempla todas as localidades do Rio Doce, cuja apuração dos danos e cálculo do valor varia conforme a localização mais à montante ou à jusante do rio;
- c. Os impactados do segmento de agropecuária, cujos critérios indenizatórios constam do caderno metodológico do Programa de Cadastro Integrado e que ainda demandam aprovação pelo CIF;
- d. Não é possível finalizar o atendimento do pescador que possui “RGP Amador” devido à não estar formalizada sua não elegibilidade.

Medidas propostas a serem validadas para o Item 3:

Subitem (a) - Análise e aprovação da atual política do segmento do turismo e complementação desta para atendimento dos pequenos comércios e outras atividades econômicas em localidades onde a economia ligada ao turismo é base econômica preponderante.

Subitem (b) - Complementação e aprovação da política indenizatória do setor de extração de areia, cuja intensidade de impacto foi distinta conforme localização mais à montante ou à jusante do Rio Doce.

Subitem (c) - Análise e aprovação formal da política indenizatória relativa ao pescador comercial não regularizado, com formalização do não enquadramento do pescador que possui o “RGP Amador”.

Item 4 – 3513 Cadastros - 22% do universo de 15.343 a serem tratados – Apresenta a quantidade de cadastros cujas tratativas estão atreladas a políticas ainda não elaboradas. Referem-se a este grupo de cadastros as seguintes situações:

- a. Impactados pequenos comerciantes informais de área, que se utilizam de implementos manuais, transporte através de carroça com tração animal e comercializam pequenas quantidades de mineral;
- b. Impactados lavadeiras que utilizam o Rio Doce para prestação do serviço de lavagem de roupas de famílias;
- c. Impactados balseiros que prestam o serviço de travessia do Rio Doce em pequenas embarcações;
- d. Impactados da cadeia da pesca que atuam nas frentes de pré e pós captura do pescado (prestadores de serviços e pequenos comércios).

Medidas propostas a serem validadas para o Item 3:

Elaboração e aprovação de políticas indenizatória para o público em questão, conforme cronograma a ser apresentado pela Fundação Renova.

2. PLANO DE TRABALHO PROPOSTO

O modelo proposto segue a estrutura de governança existente entre o “Sistema CIF” e a Fundação Renova, conforme apresentado no TTAC (Termo de Transação e Ajuste de Conduta) e no Regimento Interno do CIF.

De forma geral, caberá à Fundação Renova a elaboração inicial de parâmetros e políticas de elegibilidade e valoração financeira das indenizações. Este processo de construção,

conforme diretrizes já pacificadas, deve incorporar consultas a uma amostra representativa dos impactados. Uma vez cumprida esta etapa, passam então tais parâmetros e políticas a serem apresentadas à CTOS que, após consenso e ajustes necessários junto à Fundação Renova, encaminha Nota Técnica ao CIF para aprovação final dos parâmetros de indenização.

Uma vez que as políticas a serem desenvolvidas e/ou validadas demandam especialidades técnicas singulares, sugerimos a criação de Grupos de Trabalho (GTs) específicos, compostos por membros indicados pela Fundação Renova (pertencentes à sua estrutura de gestão) e outros indicados pela CTOS. Assim, é possível garantir a representatividade necessária e a qualidade técnica exigida em tais atividades durante as análises preliminares, para que posteriormente as propostas sejam encaminhadas à CTOS. Salientamos que os referidos GTs não interferem ou alteram a governança já estabelecida e oficial, sendo apenas fóruns de desenvolvimento para posterior aprovação nas esferas oficiais da governança do “Sistema CIF”. Relativamente às etapas dos trabalhos, propomos:

Etapa 1 – PROPOSTA PRELIMINAR - Elaboração de proposta de parâmetros e políticas de indenização, pela Fundação Renova, a partir de consultas preliminares e pareceres técnicos de seu quadro de especialistas;

Etapa 2 – CONSULTA A IMPACTADOS - Consulta a impactados, visando apresentar a proposta preliminar. O universo de impactados consultados será definido com base na distribuição dos cadastros, possibilitando concentrar as consultas em territórios com maior incidência de impactados no universo da política em discussão;

Etapa 3 – ANÁLISE JUNTO AO GRUPO DE TRABALHO – Os parâmetros e políticas (desenvolvidas na Etapa 1 e ajustadas após a Etapa 2) serão analisados no âmbito do Grupo de Trabalho pertinente. Deverá ocorrer um conjunto sucessivo de reuniões até que os parâmetros e políticas encontrem o ponto de equilíbrio satisfatório aos membros do GT. Todavia, para que impasses não impeçam o andamento dos trabalhos, quando observada a impossibilidade de convergência, as propostas serão encaminhadas à CTOS para que seu posicionamento defina o modelo a ser adotado;

Etapa 4 – ANÁLISE E APROVAÇÃO NO ÂMBITO DA CTOS – Uma vez superada a Etapa 3, seja por consenso ou por posições divergentes, os parâmetros e políticas serão encaminhados para apreciação dos membros da CTOS. Após interações que considerar necessárias com membros de Fundação Renova e do Grupo de Trabalho específico, caberá a esta a elaboração de Nota Técnica de recomendação ao CIF;

Etapa 5 – APROVAÇÃO NO ÂMBITO DO CIF – Última etapa, visando cumprimento do Regimento Interno do referido Comitê;

Etapa 6 – PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES – Na medida que as políticas sejam aprovadas pelo CIF, orientaremos os Escritórios do PIM a proceder aos agendamentos e atendimentos pertinentes. Com as melhorias já implementadas no modelo de gestão do Programa, temos atualmente capacidade operacional de geração de 240 acordos/dia (supondo todos os requerimentos atendidos pelo impactado). Estimamos que, a depender do grau de complexidade de análise de cada política, esta produtividade diária poderá sofrer uma queda para 120 acordos/dia (em virtude de experiências de casos mais complexos já vivenciados pelo Programa). Para efeito de previsão de atendimento neste Plano de Trabalho, utilizamos a premissa de produtividade em 120 acordos/dia como abordagem conservadora, podendo ser maior a depender dos critérios indenizatórios a serem aprovados pelo CIF.

A partir da carteira de cadastros a serem tratados (15.343), das cinco primeiras etapas para validação das políticas (cada uma em seu atual estágio de desenvolvimento e aprovação) e da sexta etapa (atendimento), é possível estimar o seguinte cronograma de conclusão das Campanhas 1 e 2 apresentado na Figura 2. Cabe ressaltar que para chegarmos ao quadro de tempo apresentado, consideramos:

- 1) Que as etapas 1 e 2 são integralmente dependentes da Fundação Renova e que, deste modo, está sob sua integral gestão;
- 2) Que as etapas 3 a 5 são de responsabilidade conjunta entre Fundação Renova, CTOS e CIF, não estando integralmente sob gestão da Fundação Renova e, portanto, cabendo ao conjunto de responsáveis atuar de forma a que tais prazos sejam atendidos;

- 3) Que a Etapa 6, em que pese de responsabilidade da Fundação Renova, é integralmente dependente de os impactados atenderem aos parâmetros de elegibilidade, bem como as comprovações necessárias, além de outras formalidades necessárias (assinaturas, conta em banco, etc). A Fundação Renova reportará os casos em que os processos de indenização se encontram paralisados por questões que estejam fora de seu controle e gestão.

	SEGMENTO	JÁ ELABORADA	A ELABORAR
Item 1	Pescador Profissional	✓	
	Pescador não regularizado		
	Aprovar política c/ exclusão do pescador amador.		
	Pesca de Subsistência		
	Aprovar parcialmente a 1ª versão da política, considerando os seguintes os recortes de elegibilidade: <ul style="list-style-type: none"> • Renda $\leq \frac{1}{2}$ 'mínimo per capita. • Residência <u>interna ao LMEO +1000m</u> • Residência <u>exclusivamente em áreas não urbanas</u> de municípios com mais de 50 mil hab. 		
	Turismo e Comércio formais em Regência		
	Areeiros em Governador Valadares, Caratinga e região de Candonga		
Item 2	Pesca de Subsistência		✓
	Elaborar 2ª versão da política considerando impactados fora do LMEO+1000 metros.		
item 3	Turismo informal		✓
	Areeiros		✓
	Região de Galileia à Foz do Rio Doce: <ul style="list-style-type: none"> • Realizar diagnóstico para verificação de existência de impactos e, caso evidenciado: <ul style="list-style-type: none"> . Aplicar metodologia de elegibilidade. . Definir valoração dos danos e propôs e formas de comprovação dos danos. 		
	Agropecuária	✓	
	Elaborar proposta de valoração dos danos às áreas que tiveram a deposição de rejeitos, nas propriedades rurais.		
Item 4	Carroceiros (areia)		✓
	Lavadeiras		✓
	Cadeia de Pesca		✓
	(pré e pós captura)		

	Camaroeiros	Campanha 3	Campanha 3
	Marisqueiros	Campanha 3	Campanha 3
	Caranguejeiro	Campanha 3	Campanha 3

Figura 2 - Cronograma proposto para finalização das Campanhas 1 e 2

Por fim, vale ressaltar que as Políticas Indenizatórias a serem elaboradas e validadas pela CTOS precisam considerar um prazo das indenizações mais extenso em relação aquelas já apresentadas à esta Câmara Técnica, dada a perspectiva de cumprir todas as etapas de construção e validação determinadas pelo TTAC apresentadas nesse documento. Propõe-se que, na oficina de trabalho junto à CTOS, seja construído o cronograma de trabalho para cada política destacada no quadro, bem como a aplicabilidade das cinco primeiras etapas do método de definição de políticas ora apresentada.